

## Revista Multidisciplinar

### ALFABETIZAÇÃO E O PROCESSO EDUCACIONAL NO DESENVOLVIMENTO NA NOVA GERAÇÃO

Adly Gaby, Aline S. S., Adriano M. A., Ednéia M. O. A., Josefa S. C. C.,  
Leonor R. S., Luzia F. V., Marcia R. D., Mauro F., Mariza G. S. G. e  
Sandra M. J. F.



<https://barcelonasuperficies.com.br/blog/educacao-especial/>

**PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE**

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

**ISSN**

International Standard Serial Number

**2966-0599**

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)



## ALFABETIZAÇÃO E O PROCESSO EDUCACIONAL NO DESENVOLVIMENTO NA NOVA GERAÇÃO

Adly Gaby<sup>1</sup>  
Aline Souza Santos<sup>2</sup>  
Adriano Melo Aguiar<sup>3</sup>  
Ednéia Maria de Oliveira Andrade<sup>4</sup>  
Josefa Samara da Conceição Carlos<sup>5</sup>  
Leonor Rodrigues da Silva<sup>6</sup>  
Luzia Ferreira Vaz<sup>7</sup>  
Marcia Regina Danhese<sup>8</sup>  
Mauro Franssua<sup>9</sup>  
Mariza Gomes de Souza Gontijo<sup>10</sup>  
Sandra Maria de Jesus Freitas<sup>11</sup>

**Revista o Universo Observável**  
**DOI: 10.5281/zenodo.14170552**

[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14170552)

<sup>1</sup> Graduado em Marketing pela Universidade do Norte do Paraná, também graduado em Geografia pela Fabras. Atua como interprete de línguas migrantes para secretaria do estado de Mato Grosso E-mail: Gabyadly@hotmail.com

<sup>2</sup> Formada em Pedagogia pela UFMT de Rondonópolis, pós-graduada em Gestão Escolar e atualmente atua como professora concursada no município de Rondonópolis. E-mail: alinesantossouz47@gmail.com

<sup>3</sup> Pedagogo especialista em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado; Especialista em Língua Brasileira de Sinais. Licenciado em Artes Visuais pela Claretiano - SP. Atualmente Docente da Educação Infantil - SEMED -MT e Professor de AEE na Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso - SEDUC - MT. E-mail: adrianomeloaguiar@gmail.com

<sup>4</sup> Especialista em educação inclusiva, psicopedagogia clínica e institucional, ABA. Atuou por 10 anos nos anos iniciais do ens. Fundamental, 3 anos no AEE e atualmente como Diretora na rede municipal. E-mail: Edneiaandrade@hotmail.com

<sup>5</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (2014), E Especialização em Educação das Relações Étnicas Raciais no Contexto da Educação de Jovens e Adultos pela UFMT/ Instituto De Educação/ Campus Cuiabá. E-mail: samaracarlosal@gmail.com

<sup>6</sup> Graduado em Letras: Português/Espanhol e Pedagogia. Tenho especialização em Alfabetização e Letramento. Atuo na educação desde 2005. E-mail: leonor201744@outlook.com

<sup>7</sup> Graduada em história, letras e espanhol e pedagogia com especialização em Neurociência Educacional: Comportamento e Cognição, Libras e Sistema Braille e Tradução e Intérprete em espanhol. Atua na educação na educação desde 2004. E-mail: luziavaz@hotmail.com

<sup>8</sup> Possui pós-graduação em didática do ensino superior e psicopedagogia. E-mail: marciaroo2013@gmail.com

<sup>9</sup> Formado em história pela UFMT de Rondonópolis, pós-graduado e mestrado em educação. Possui segunda graduação em pedagogia e atualmente atua como professor concursado do município de Rondonópolis. E-mail: maurofranssua91@gmail.com

<sup>10</sup> Formada em Psicologia pela faculdade Anhanguera, especialista em Psicopedagogia pela faculdade CESUR-FACSUL e Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela faculdade RHEMA. E-mail: marizagomes2024@gmail.com

<sup>11</sup> Possui especialização em Libras e educação inclusiva pelo IFF de Mato Grosso atua como professora para secretaria do estado de Mato Grosso. E-mail: sandrafreitasitiquira@hotmail.com

## RESUMO

Este artigo explora o processo de alfabetização no Brasil e seu papel no desenvolvimento educacional da nova geração, em meio a reformas e à expansão das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). A Política Nacional de Alfabetização (PNA), com abordagem baseada na ciência cognitiva, busca aprimorar a alfabetização, mas enfrenta críticas por negligenciar a realidade social e cultural dos estudantes e priorizar métodos tecnicistas em detrimento da formação cidadã. Com a pandemia de 2020, as TDICs passaram a ser amplamente utilizadas na educação, destacando tanto suas potencialidades quanto os desafios de acessibilidade, capacitação docente e adaptação pedagógica. O estudo aborda o paradoxo da alfabetização no Brasil: a pressão por métodos padronizados e baseados em evidências, frente à necessidade de adaptação às realidades dos alunos, especialmente os mais vulneráveis. Propõe-se uma abordagem de alfabetização menos centralizada e mais inclusiva, que valorize a diversidade cultural e o letramento crítico, transformando as escolas em espaços de construção coletiva e preparação para uma sociedade democrática e inclusiva.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Educação. Nova geração.

## ABSTRACT

*This article explores the literacy process in Brazil and its role in the educational development of the new generation amid educational reforms and the expansion of Digital Information and Communication Technologies (DICT). The National Literacy Policy (PNA), with a cognitive science-based approach, seeks to improve literacy but faces criticism for overlooking the social and cultural realities of students and prioritizing technical methods over civic education. With the 2020 pandemic, DICT became widely utilized in education, highlighting both its potential and challenges related to accessibility, teacher training, and pedagogical adaptation. This study addresses the paradox of literacy in Brazil: the push for standardized, evidence-based methods versus the need to adapt to the realities of students, especially the most vulnerable. A less centralized, more inclusive approach to literacy is proposed, one that values cultural diversity and critical literacy, transforming schools into spaces of collective learning and preparation for a democratic and inclusive society.*

**Keywords:** Literacy. Education. New generation.

## INTRODUÇÃO

A inspeção escolar desempenha um papel essencial na estrutura educacional, atuando como elo entre o governo e as instituições de ensino para assegurar a implementação eficaz de políticas educacionais e a manutenção de um padrão de qualidade no ensino. Essa função remonta ao período imperial brasileiro, com a Lei Orgânica do Ensino Primário, e foi consolidada com a Reforma Afonso Pena em 1892, que descentralizou a educação e estabeleceu o Conselho Superior de Educação e a Inspeção Ambulante, marcando o início de um sistema formal de supervisão escolar. Ao longo das décadas, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a expansão do acesso à educação, a inspeção escolar se adaptou às novas necessidades do sistema educacional, passando a atuar em diferentes níveis de ensino, tanto em instituições públicas quanto privadas.

A inspeção escolar tem a responsabilidade de não apenas monitorar e avaliar o cumprimento de normas e diretrizes, mas também de apoiar a inovação pedagógica e o desenvolvimento das práticas docentes. O papel do inspetor evoluiu para abarcar a supervisão e o suporte pedagógico, buscando equilibrar as funções administrativas com as demandas do ensino, promovendo ambientes de aprendizado mais adequados e inclusivos. No entanto, a burocratização excessiva ainda é um desafio, já que o foco em procedimentos administrativos e documentos pode limitar a flexibilidade das escolas e frear iniciativas inovadoras.

Com base nessa complexidade, este artigo explora o papel da inspeção escolar na modernidade, analisando suas influências sobre a qualidade do ensino, as inovações pedagógicas e o cumprimento das políticas educacionais. A discussão busca compreender como os inspetores escolares podem contribuir para um ambiente educacional que apoie a autonomia pedagógica e o crescimento profissional dos docentes.

## DESENVOLVIMENTO

Pesquisas recentes sobre alfabetização e desenvolvimento educacional no Brasil destacam a natureza complexa do processo de alfabetização. A Política Nacional de Alfabetização (PNA) visa melhorar a alfabetização por meio da ciência cognitiva e abordagens baseadas em evidências, mas os críticos argumentam que ela desconsidera os contextos sociais, econômicos e culturais (Lapunkte *et al.*, 2023). A integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na educação em alfabetização para a geração alfa está remodelando as abordagens de aprendizagem (Andrade & Cardozo, 2021). Os pesquisadores enfatizam a necessidade de uma compreensão mais

ampla da alfabetização que considere as crianças como sujeitos ativos na construção do conhecimento, capazes de aprendizagem significativa (Amaral & Coêlho, 2018). Esses estudos coletivamente ressaltam a natureza multifacetada da educação em alfabetização e os debates em andamento em torno de estratégias pedagógicas eficazes no cenário educacional do Brasil.

A Política Nacional de Alfabetização (PNA) no Brasil está diretamente alinhada com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que, a partir de sua terceira versão, permite que redes de governança orientem as políticas educacionais sob a influência do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação. Mortatti (2019) aponta que essa estrutura, integrada a um projeto político-ideológico neoliberal e conservador, visa desmantelar conquistas democráticas na educação brasileira. A educação passa a ser vista como uma solução para problemas sociais, enquanto molda comportamentos esperados dentro e fora do ambiente escolar, com foco em habilidades e competências aplicáveis ao mercado de trabalho e à sociedade (Lopes & Macedo, 2011 apud Lapuente et al.,2023).

Esse enfoque nas competências reflete o paradigma da sociedade globalizada do século XXI, caracterizada pela supremacia da economia da informação sobre a economia industrial (Chesnais, 2005). Esse processo, conhecido como mundialização financeira, provoca transformações profundas e descentralização produtiva, com impactos em diversas esferas, inclusive na educação, levando ao que Harvey (2018) descreve como a "loucura da razão econômica".

No entanto, as políticas descontinuadas desde o século XX não conseguiram universalizar a alfabetização de maneira equitativa no Brasil. Uma política de alfabetização verdadeiramente inclusiva precisa considerar as condições econômicas e sociais das famílias brasileiras, sem reduzir o ensino a métodos repetitivos e alienantes, que ignoram a realidade da miséria enfrentada por milhões no país.

Embora a Política Nacional de Alfabetização (PNA) proponha abordar as principais causas das deficiências na alfabetização no Brasil, ela transforma a ciência baseada em evidências em um discurso inquestionável que ignora a realidade multifacetada da educação brasileira. Ao atribuir a um método a solução para a alfabetização, a PNA negligencia os contextos sociais, econômicos e culturais que impactam o processo, resultando em uma geração adaptada às demandas do sistema produtivo capitalista, caracterizado pela precarização do trabalho docente e pela desregulamentação (Macedo, 2020 apud Lapuente et al.,2023). Esse modelo desafia os princípios de democracia e inclusão social.

Embora a PNA não impeça a alfabetização, sua abordagem reduz o processo a métodos tradicionais, eliminando o letramento do escopo educacional, o que limita o ensino ao mero ato de repetir. Para Macedo (2020), essa exclusão não é neutra; trata-se de uma estratégia de silenciamento que restringe o debate sobre a alfabetização. Essa neutralidade aparente esconde um viés que desvaloriza métodos como o construtivismo, ao favorecer a ciência experimental como única diretriz válida para a alfabetização (Bunzen, 2020 apud Lapuente et al.,2023).

A escrita, além de técnica, é uma prática cultural que só faz sentido quando inserida em experiências significativas para as crianças, valorizando suas histórias e conhecimentos prévios (Macedo, 2020 apud Lapuente et al.,2023). Nesse sentido, o processo de ensino-aprendizagem não deve ser unilateral, mas respeitar a diversidade entre professora e alunos. Mainardes (2006) destaca que a política educacional, ao ser implementada, é interpretada, recriada e disputada em um espaço dialético. A alfabetização é, assim, uma arena de lutas onde a escola assume um compromisso com a educação pública e democrática, ressaltando a educação como um campo em constante disputa e recriação (Lapuente et al.,2023).

Conforme ressaltado por Andrade & Cardozo (2021) durante a pandemia de 2020, vivenciou-se uma experiência próxima à ideia defendida por Illich (1985) de uma sociedade sem escolas físicas. Nesse período, o conhecimento foi construído e compartilhado através de uma rede educacional no espaço virtual, com ambientes de aprendizagem em nuvem intensificados pela necessidade de continuidade educacional sem contato físico. Diversas plataformas, como Google Class, Meet, Zoom e e-mails, passaram a ser usadas para comunicação e desenvolvimento de atividades, sem prévia orientação ou adaptação das estratégias pedagógicas para esse formato digital. Esse cenário suscitou debates sobre acessibilidade, ensino remoto, formação docente, infraestrutura, avaliação e currículo (Andrade & Cardozo, 2021).

Contudo, muitas escolas públicas, especialmente do Ensino Fundamental, mantiveram métodos tradicionais, devido a limitações de infraestrutura, desarticulação pedagógica e questões socioeconômicas das famílias. Com isso, optaram por atividades impressas e cronogramas, buscando atender a maioria dos alunos. Embora o Plano Nacional de Educação (PNE) preveja a alfabetização até o 3º ano do Ensino Fundamental até 2024, incluindo o uso de tecnologias educacionais (BRASIL, 2019), ainda falta um guia nacional para orientar os professores no uso de ambientes virtuais para alfabetização e letramentos. A literatura oferece apenas reflexões e iniciativas isoladas de pesquisadores e professores (Andrade & Cardozo, 2021).

Em algumas secretarias estaduais e municipais de educação, foram promovidas formações visando integrar as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no ensino, não só na alfabetização, mas em todas as etapas. As ações tomadas agora terão impactos em curto, médio e longo prazo, e influenciarão a relação entre a escola e a sociedade, moldando a visão da geração alpha, que terá a responsabilidade de escrever os próximos capítulos da educação (Andrade & Cardozo, 2021).

## CONCLUSÃO

Em conclusão, o processo de alfabetização no Brasil enfrenta desafios que vão além da simples transmissão de habilidades de leitura e escrita. A Política Nacional de Alfabetização (PNA), embora tenha o mérito de buscar basear-se em evidências e métodos científicos, peca ao negligenciar as realidades socioeconômicas e culturais de grande parte dos estudantes. As críticas direcionadas à PNA ressaltam a necessidade de uma abordagem que inclua a valorização do contexto e da identidade dos alunos, respeitando o papel da alfabetização como um meio de formação cidadã e não apenas como uma técnica pedagógica. A pandemia de 2020 evidenciou a importância das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no ensino, ao mesmo tempo em que expôs limitações nas infraestruturas e na formação docente.

Portanto, é imprescindível uma alfabetização que considere o aluno como um sujeito ativo, capaz de construir conhecimento de forma contextualizada e significativa. A alfabetização não deve ser reduzida a um processo mecânico, mas ampliada para envolver o letramento crítico e a inclusão de práticas culturais e sociais que refletem a diversidade brasileira. Somente assim será possível garantir que as novas gerações, especialmente a geração alfa, desenvolvam não apenas habilidades práticas, mas também uma compreensão mais profunda e crítica da sociedade, preparando-se para os desafios de uma sociedade cada vez mais complexa e globalizada.

## REFERÊNCIAS

LAPUENTE, J. S. M.; PORTO, G. C. .; DEL PINO, M. A. B. .; SILVA, S. . G. da . A Política Nacional de Alfabetização e a produção da nova geração: um campo de disputa. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 17, p. e5209004, 2023. DOI: 10.14244/198271995209. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/5209>. Acesso em: 12 set. 2024.

ANDRADE, K.; CARDOZO, P. F. Alfabetização: limites e possibilidades em convergência no século XXI. **REVISTA INTERSABERES**, [S. l.], v. 16, n. 38, p. 624–647, 2021. DOI: 10.22169/revint.v16i38.2046. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/2046>. Acesso em: 12 set. 2024.

AMARAL, Claudete Vieira do Nascimento; COELHO, Márcio Wendel Santana. O processo de alfabetização e direito à aprendizagem. **Minerva Magazine of Science**, 2018. Disponível em: <https://www.minerva.edu.py/archivo/10/6/Artigo%20-%20Claudete%20Vieira%20-%20M%C3%81RCIO%20WENDEL.pdf>

CHESNAIS, F.O **capital portador de juro**: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.